

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR À 6. ^a EDIÇÃO	5
APRESENTAÇÃO À 4. ^a EDIÇÃO.....	7
Parte I – A VISÃO CONSTITUCIONAL DO PROCESSO	
INTRODUÇÃO: O OBJETIVO DO TRABALHO	17
1. O PROCESSO CONSTITUCIONAL	19
1.1 Eficiência e garantismo	19
1.2 A interação entre processo e Estado	21
1.3 A análise constitucional do processo	22
2. A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA EM FACE DAS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DO DIREITO PROCESSUAL PENAL.....	24
2.1 Principais tendências	24
2.2 O tratamento diferenciado às diversas formas de criminalidade	26
2.3 A internacionalização do direito processual penal.....	28
Parte II – PROCESSO E PROCEDIMENTO	
3. O DEVIDO PROCESSO LEGAL.....	33
3.1 O processo como instituto central do direito processual.....	33
3.2 As fases conceituais do processo e do procedimento.....	34
3.2.1 Primeira fase.....	34
3.2.2 Segunda fase.....	35
3.2.3 Terceira fase.....	39
3.3 O devido processo legal e o devido processo penal	43
4. A GARANTIA DA IGUALDADE. O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE.....	45
4.1 O conceito de igualdade jurídica	45

4.2	O tratamento igualitário a todo acusado.....	46
4.3	A igualdade entre acusação e defesa	48
4.4	A constitucionalização do princípio da proporcionalidade	49
4.5	Pressupostos e requisitos do princípio da proporcionalidade.....	52
4.6	A atuação do princípio da proporcionalidade.....	54
5.	A GARANTIA DO CONTRADITÓRIO	57
5.1	O contraditório: noções	57
5.2	O contraditório na Constituição Federal.....	60
5.3	As garantias do contraditório e da igualdade: confronto	61
5.4	A garantia do contraditório no processo penal.....	62
5.5	O artigo 155 do CPP e o contraditório no processo penal.....	65
6.	A PUBLICIDADE NO PROCESSO	67
6.1	A garantia da publicidade dos atos processuais.....	67
7.	A PROVA	71
7.1	O direito à prova	71
7.2	As exigências do direito à prova	72
7.3	Prova testemunhal	75
7.4	Prova documental	77
7.5	Prova pericial	79
7.6	A prova ilícita. Noções.....	81
7.7	A prova ilícita na Constituição Federal e o princípio da proporcionalidade	83
7.8	A prova ilícita no Código de Processo Penal	86
7.9	A repercussão processual da prova obtida por meio ilícito.....	88
7.10	A prova obtida mediante violação do sigilo das comunicações e de dados.....	91
7.11	A interceptação telefônica. Constituição Federal. A Lei 9.296/96.....	93
7.12	Os requisitos para a interceptação telefônica (Lei 9.296/96, art. 2.º)	96
7.13	A produção da prova por interceptação telefônica e o conhecimento das partes.....	99
7.14	A utilização da prova obtida por interceptação telefônica em outro processo.....	101
7.15	Outros problemas em face da Lei 9.296/96.....	102
7.16	A prova e as inviolabilidades constitucionais	103

8. PROCEDIMENTO	106
8.1 O conceito de procedimento.....	106
8.2 Diversos procedimentos em um processo.....	110
8.3 Garantias procedimentais	111
9. PRAZO.....	113
9.1 A garantia ao prazo	113
9.2 A garantia constitucional do prazo razoável. O excesso de prisão	115
Parte III – JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA	
10. JURISDIÇÃO PENAL.....	121
10.1 Noções	121
11. A GARANTIA DO JUIZ NATURAL.....	123
11.1 A tríplice garantia	123
11.2 A garantia na Constituição Federal.....	124
12. A MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES	127
12.1 A garantia da motivação como garantia da jurisdição	127
12.2 A amplitude da garantia constitucional	128
12.3 A motivação suficiente e a motivação implícita.....	130
13. COMPETÊNCIA: NOÇÕES. JURISDIÇÃO PENAL EXTRAORDINÁRIA	132
13.1 A competência: critérios de fixação e objeto de estudo	132
13.2 A jurisdição extraordinária. O julgamento dos crimes de responsabilidade	133
14. A COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	137
14.1 A competência originária do Supremo Tribunal Federal: visão geral	137
14.2 A competência por prerrogativa de função do Supremo Tribunal Federal	138
14.3 A competência originária do Superior Tribunal de Justiça	140
15. JUSTIÇA MILITAR E JUSTIÇA ELEITORAL	142
15.1 A abrangência e a caracterização da competência da Justiça Militar	142
15.2 As Justiças Militares federal e estadual	146
15.3 Os critérios de fixação de competência das Justiças Militares	146

15.4 A alteração da competência pela Lei 9.299/96 e pela Emenda Constitucional 45/2004	148
15.5 A competência da Justiça Eleitoral	151
16. JUSTIÇA FEDERAL E JUSTIÇA ESTADUAL	154
16.1 Considerações prévias sobre a competência da Justiça Federal.....	154
16.2 Competência originária dos Tribunais Regionais Federais	154
16.3 Competência dos juízes federais	156
16.4 Competência da Justiça Estadual	158
16.5 Outros aspectos da competência originária por prerrogativa de função.	162
17. O JÚRI, SEUS PRINCÍPIOS E SUA COMPETÊNCIA.....	164
17.1 Evolução histórica.....	164
17.2 O júri na Constituição Federal	165
Parte IV – AÇÃO PENAL E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	
18. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	173
18.1 Conceito.....	173
18.2 As espécies de ação penal segundo a titularidade do direito	174
18.3 Outras classificações	176
19. AÇÃO PENAL PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: A TITULARIDADE EXCLUSIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	178
19.1 O art. 129, I, da Constituição Federal.....	178
20. A MITIGAÇÃO DO PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE	184
20.1 A dicotomia obrigatoriedade-oportunidade da ação penal	184
20.2 A prevalência do princípio da obrigatoriedade no direito brasileiro	188
21. A AÇÃO PENAL E A JUSTIÇA CONSENSUAL	192
21.1 Os contornos da justiça consensual.....	192
21.2 Antecedentes	194
21.3 A Constituição Federal de 1988.....	198
21.4 A ação penal e a Lei 9.099/95: a solução por consenso e a adoção do princípio da obrigatoriedade mitigada ou discricionariedade regrada ...	200
21.5 A conciliação civil	205
21.6 A transação penal.....	206
21.7 A suspensão condicional do processo.....	212

21.8	A ação penal e a justiça consensual em face do Código de Trânsito.....	216
21.9	A Lei Ambiental, a ação penal e a justiça consensual.....	219
22.	A AÇÃO PENAL PRIVADA SUBSIDIÁRIA.....	223
22.1	Antecedentes e a previsão constitucional. Discussões em torno do instituto.....	223
22.2	A queixa subsidiária em caso de arquivamento do inquérito.....	225
23.	O PROMOTOR NATURAL E O EXERCÍCIO DA AÇÃO PENAL.....	229
23.1	A evolução conceitual anterior à Constituição.....	229
23.2	O reflexo do novo texto constitucional.....	230
23.3	O princípio na legislação infraconstitucional.....	232
24.	A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL, A POLÍCIA JUDICIÁRIA E AS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO.....	235
24.1	A investigação pela polícia judiciária.....	235
24.2	A investigação pelo Ministério Público.....	238
24.3	A investigação pela defesa.....	239
24.4	A investigação pelas comissões parlamentares de inquérito.....	241

Parte V – DIREITO DE DEFESA

25.	DIREITO DE DEFESA: ASPECTOS GERAIS.....	251
25.1	A defesa como garantia e sua abrangência.....	251
25.2	A defesa e o contraditório.....	252
25.3	O paralelismo entre a ação e a defesa.....	253
26.	A DEFESA TÉCNICA E A AUTODEFESA.....	255
26.1	A abrangência da ampla defesa e da defesa técnica.....	255
26.2	A defesa técnica necessária.....	255
26.3	A defesa técnica indeclinável.....	256
26.4	A defesa técnica plena.....	257
26.5	A defesa efetiva.....	258
26.6	O direito de escolha do defensor.....	260
26.7	Curador.....	261
26.8	Outros direitos e garantias relacionados com a ampla defesa constitucional.....	262
26.9	O direito a não se autoincriminar.....	262

26.10	As manifestações da autodefesa	263
27.	A AMPLA DEFESA CONSTITUCIONAL E O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	266
27.1	A influência do princípio da ampla defesa no Código de Processo Penal.	266
27.2	Controvérsias sobre a influência do princípio da ampla defesa no Código de Processo Penal.....	268
27.3	Posições restritivas a respeito da influência da ampla defesa no Código	270
27.4	A Lei 9.271, de 17.04.1996. Importância na garantia do direito de defesa	272
27.5	A Lei 9.271, de 17.04.1996. Suspensão da prescrição e produção de prova urgente.....	274
27.6	A restrição imposta pela Lei de Lavagem de Dinheiro	278
Parte VI – MEDIDAS CAUTELARES		
28.	A CAUTELARIDADE NO PROCESSO PENAL.....	279
28.1	Noções de cautelaridade	279
28.2	Medidas cautelares no processo penal – Itália, Portugal, Brasil.....	280
29.	PRISÃO CAUTELAR. NOÇÕES. PRISÃO PREVENTIVA E PRISÃO EM FLAGRANTE.....	283
29.1	Noções	283
29.2	Prisão preventiva.....	284
29.3	Prisão em flagrante.....	285
30.	PRISÃO TEMPORÁRIA	288
30.1	Noções	288
30.2	A cautelaridade da prisão temporária	289
30.3	A prisão temporária na Lei 8.072, de 25 de julho de 1990.....	291
31.	A SUPRESSÃO DA EXIGÊNCIA DE PRISÃO NA PRONÚCIA E PARA RECORRER	293
31.1	O quadro anterior à Constituição de 1988	293
31.2	A revogação das prisões decorrentes de sentença e de pronúncia após vinte anos da Constituição.....	294
32.	LIBERDADE PROVISÓRIA.....	296
32.1	Noções	296

32.2 A cautelaridade da fiança em face do princípio constitucional da presunção de inocência.....	299
32.3 A liberdade provisória com fiança antes da Constituição Federal.....	301
32.4 A liberdade provisória na Constituição Federal e em legislações posteriores	303
BIBLIOGRAFIA	309
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	327